

TANATOPRAXIA

OS SEGREDOS DA PRÁTICA QUE ETERNIZA A MEMÓRIA



Com origem nas técnicas ancestrais de conservação de cadáveres do Antigo Egito, a tanatopraxia é hoje uma prática comum que garante a segurança e a saúde pública após o falecimento, permitindo cumprir cerimónias protocolares e ritos religiosos, que se prolongam no tempo. Mas esta técnica vai mais além e afigura-se como uma importante aliada na preservação da imagem do ente querido, podendo marcar a diferença entre um processo de luto saudável ou patológico. Nas próximas duas edições da Newsletter i-nova, damos a conhecer esta técnica, os seus benefícios e desafios. Começamos pela regulamentação e impacto na saúde mental.

PORTUGAL PIONEIRO NA REGULAMENTAÇÃO E FORMAÇÃO

Os “mistérios” da técnica que permite cumprir cerimónias com um protocolo tão exigente como o das recentes exéquias de Sua Santidade o Papa Francisco têm estado na ordem do dia. Como é que se consegue manter o corpo intacto durante tanto tempo? Como é que se mantém o aspeto natural da pessoa? Quem é que executa este trabalho? Que formação tem? Esta é uma técnica segura? Estas e outras questões têm surgido e mostrado o potencial da tanatopraxia ao mundo. E ainda bem. Porque este interesse pela tanatopraxia dá-nos a oportunidade de abordar temas essenciais, como os benefícios desta prática não só para salvaguardar as questões de higiene e saúde, mas também para atenuar o impacto de uma urna fechada num velório, o afastamento das crianças das cerimónias fúnebres ou o choque de ver um ente querido falecido que não corresponde à imagem que temos da pessoa.

A tanatopraxia conserva o corpo do ente querido e dá-lhe um aspeto natural, sereno, como se estivesse a dormir. Mas isto só é possível hoje, porque a técnica evoluiu, os produtos utilizados também e os requisitos ao nível das instalações, dos equipamentos, da documentação, dos produtos utilizados, da higienização do local, da formação dos profissionais e até da sua vacinação obrigatória, além do correto encaminhamento dos resíduos e do material utilizado, estão plasmados na lei portuguesa. Isto é fruto do trabalho realizado pela Associação Portuguesa dos Profissionais do Sector Funerário (APPSF) junto dos decisores políticos, tanto a nível nacional como europeu, num trabalho pioneiro que hoje coloca o nosso país na liderança no que diz respeito à regulamentação e formação, juntamente com potências como a França ou a Alemanha.

Assim, nos próximos dois números desta *Newsletter*, vamos dar a conhecer a técnica e os seus desafios, começando pela regulamentação, formação e saúde mental; para depois, conhecermos o lado humano dos profissionais, que procuram empaticamente chegar à imagem que a família tem do seu ente querido. Mais do que um técnico, estamos igualmente perante um facilitador do luto. Porque cada família, cada cultura, cada história, merece um olhar individualizado.

**PAULO MONIZ
CARREIRA**

Presidente da APPSF



DO ANTIGO EGITO À ATUALIDADE PASSA PELA REGULAMENTAÇÃO

Desde os tempos do Antigo Egito, a tanatopraxia percorreu um longo caminho, evoluindo na técnica, nos produtos utilizados e no reconhecimento da importância que assume ao nível da saúde pública e no processo de luto. Apesar disso, ainda há muito a fazer no que diz respeito à regulamentação e standardização, áreas nas quais Portugal tem sido um dos líderes europeus. Nesta edição da *Newsletter i-nova* abordamos a origem e os desafios da tanatopraxia, com foco na regulamentação e na saúde mental.

VANESSA BILRO

Do grego thánatos, -ou, morte + prâxis, -eos, ação, transação, negócio + -ia, a palavra tanatopraxia está hoje definida na língua portuguesa como “técnica de preparação de cadáveres para retardar ou impedir o processo de decomposição durante determinado tempo”, no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹. O mesmo dicionário identifica ainda como sinónimo o termo somatoconservação, com origem etimológica atribuída ao grego sôma, -atos, corpo + conservação².

A origem

Já para percebermos a sua evolução, do ponto de vista da técnica, é preciso recuar até ao Antigo Egito onde encontra a sua origem na mumificação, primeiramente natural, por volta do IV milénio antes de Cristo, já que os corpos eram enterrados na areia quente do deserto, que atuava como um poderoso agente exsiccante que eliminava a humidade e, portanto, travava a decomposição do corpo; depois, artificial, com a mumificação a ocorrer no interior dos sarcófagos, com recurso a um processo complexo, que, além do ritual associado às crenças religiosas, incluía a utilização de plantas, óleos e outros materiais e substâncias. Os egípcios acreditavam que só desta forma a alma dos falecidos poderia usufruir da vida eterna junto de Osíris, segundo a mitologia egípcia, o deus dos mortos, a divindade da vegetação, do julgamento e do além; e, apesar de ser uma prática inicialmente realizada apenas a Faraós e suas famílias, acabou por se generalizar, havendo relatos de embalsamadores profissionais.

A tanatopraxia moderna começou a ser utilizada no final do século XIX durante a Guerra Civil Norte-americana, para que fosse possível conservar e restaurar os corpos dos soldados, atenuando questões de higiene e permitindo às famílias uma última despedida menos traumática. Mas foi no século XX que a Tanatopraxia realmente se consolidou, com a utilização de novos métodos e produtos químicos, que tornaram o processo mais seguro e eficaz.

Formação e regulamentação

A tendência atual é de crescimento da utilização desta técnica, fruto de uma evolução dos produtos, dos procedimentos, da regulamentação e do conhecimento, mas note-se que, por exemplo, no nosso país, a tanatopraxia só começou a dar os primeiros passos para a profissionalização há 20 anos, quando a

QUALIDADE: A EVOLUÇÃO DA TANATOPRAXIA REGULAMENTAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



DR

Servilusa investiu na criação de condições para a sua implementação em Portugal. “Em 2005, a Servilusa e a APPSF uniram-se para trazer a Portugal Marc Sastre, especialista francês em tanatopraxia”, lembra o presidente da APPSF, Paulo Moniz Carreira. Neste contexto, um dos primeiros desafios assumidos pela APPSF foi o de sensibilizar para a necessidade da tanatopraxia ser reconhecida e regulada pelo sistema normativo português. “Promovemos várias reuniões com a Direção-Geral da Saúde, nessa altura, ainda dirigida pelo Dr. Francisco George, que se mostrou bastante receptivo a esta necessidade, entendendo as vantagens desta técnica ao nível da saúde pública e mental. Em conjunto com a Direção Geral das Atividades Económicas e com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, iniciámos também todo o trabalho de construção e definição dos referenciais e do nível de qualificação e formação necessários. Tínhamos como referência a experiência de outros países, como França, Inglaterra, Alemanha e Espanha, e a nossa própria integração nos grupos de trabalho criados pela European Federation of Funeral Services, precisamente para que se chegasse a regras comuns aos vários países, facilitando também processos como a transladação”, explica Paulo Moniz Carreira. A regulamentação chegou em 2015, com a publicação do Decreto-Lei n.º 10, de 16 de janeiro, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade funerária, e que inclui já a tanatopraxia. Mas foi com a publicação da Portaria n.º 162-A/2015, de 1 de junho, que se estabeleceram “as condições de acesso e de exercício da atividade”.

“Esta portaria define ainda as entidades formadoras que podem ser qualificadas para a realização da tanatopraxia; os requisitos no que diz respeito às instalações e aos equipamentos, à documentação, aos produtos utilizados, à higienização do local e até à vacinação obrigatória exigida aos profissionais, além do correto encaminhamento dos resíduos e do material utilizado”, afir-

ma o presidente da APPSF, dando nota de que, em Portugal, apenas a Servilusa já cumpria todos os requisitos, fruto do investimento realizado no que diz respeito a formação e instalações, à luz do que eram os normativos europeus.

Atenuar a dor: a importância da abordagem correta

De acordo com Paulo Carreira, “este é um serviço já bastante solicitado pelas famílias, que conseguem, assim, atenuar o impacto negativo de ver os seus entes queridos transfigurados pelas circunstâncias do falecimento ou pelo cumprimento de procedimentos legais ou religiosos”. Por isso, mais do que garantir a segurança e a saúde, o presidente da APPSF atribui à tanatopraxia e à sua regulamentação a importante oportunidade de permitir à família despedir-se do seu ente querido, tal como se recorda dele, contribuindo para uma cerimónia mais tranquila, menos dolorosa e com menos probabilidade de resultar num luto patológico.

Ana Costa, psicóloga clínica e formadora da APPSF, corrobora esta afirmação e alerta para a necessidade de o tanatoprator respeitar o aspeto natural do falecido: “O momento da despedida é íntimo, simbólico e determinante. Quando a imagem final é fiel àquilo que a pessoa representava, quando há respeito pelos detalhes (as rugas, o penteado, o sorriso), pode ser um momento profundamente terapêutico, abrindo caminho para um processo de luto mais sereno. Quando esta imagem é imposta ou padronizada, pode deixar feridas difíceis de verbalizar, especialmente nas crianças.”

É por isso que, continua Ana Costa, “o trabalho do profissional de tanatopraxia assume uma função mais do que técnica: uma função relacional e emocional. A missão não é apenas restaurar, maquilhar ou ‘embelezar’, mas, acima de tudo, preservar a identidade da pessoa que partiu, respeitando os traços físicos, o estilo, os sinais do tempo e, sobretudo, a imagem afetiva que a família guarda”. Assim, defende a psicóloga clínica e formadora, “sempre que possível, é importante ouvir a família, com empatia, e procurar perceber qual a imagem que aquela família deseja guardar. Este gesto de escuta ativa pode ser decisivo para que o momento da despedida seja facilitador e não perturbador do luto”.

No próximo número da *Newsletter i-nova*, vamos conhecer o percurso e o trabalho de um dos primeiros tanatopratores do nosso país, Nuno Coutinho. A formação, a experiência, a sensibilidade e a forma como a profissão é encarada pelos técnicos especialistas e pelas famílias serão alguns dos temas a explorar, sempre com o comentário da psicóloga e formadora Ana Costa.

¹ “TANATOPRAXIA”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/TANATOPRAXIA>.

² “Somatoconservação”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/somatoconserva%C3%A7%C3%A3o>.

“Existe uma forte necessidade de reconhecimento mútuo de qualificações, de padrões mínimos de formação e prática em toda a União Europeia”

O Presidente da European Federation of Funeral Services (EFFS), Ulf Lernéus, foca os desafios da tanatopraxia no espaço europeu e o papel da instituição que dirige. Portugal é apontado como um bom exemplo, ao lado de países como a França e a Alemanha, por apresentar “programas de formação estabelecidos, reconhecimento legal da profissão e regulamentação estruturada”.



Qual tem sido o papel da EFFS no que diz respeito à tanatopraxia?

Embora a EFFS em si não regule a tanatopraxia, servimos de plataforma para a troca de conhecimento e coordenação. Trabalhamos para sensibilizar as instituições da União Europeia para a necessidade de normas e formação unificadas para os tanatopraxistas e apoiamos as associações nacionais nos seus esforços para garantir o reconhecimento legal e a regulamentação adequada da prática.

Em que tem consistido esse trabalho?

A EFFS aborda o tema da tanatopraxia há muitos anos, particularmente no que se refere a padrões profissionais, práticas transfronteiriças e homogeneização dos serviços funerários na Europa. O nosso envolvimento tornou-se mais estruturado no início dos anos 2000, quando as Associações-membro começaram a defender diretrizes mais claras e o reconhecimento da profissão. Assim, desde 2005, a EFFS começou a trabalhar na Norma Europeia EN 15017, aprovada pelo CEN, com destaque para a Diretora Executiva da EFFS, Anke Teraa, e para o Presidente da APPSF, Paulo Carreira, que foram – e continuam a ser – elementos muito ativos e que têm contribuído muito, com a sua experiência e conhecimento, para a regulamentação e sensibilização para esta prática.

Quais são os principais desafios em relação a este tema?

Os principais desafios incluem a falta de legislação uniforme em toda a Europa, a aceitação variável da tanatopraxia entre países e a limitada sensibilização pública. Em alguns países, a profissão é altamente regulamentada e respeitada, enquanto noutros é pouco reconhecida. Isto cria barreiras à cooperação transfronteiriça e à coerência ao nível dos serviços.

Como podemos agrupar os diferentes países no que diz respeito à tanatopraxia?

A França, a Alemanha e Portugal são frequentemente citados

como bons exemplos, com programas de formação estabelecidos, reconhecimento legal da profissão e regulamentação estruturada. Em contraste, muitos países do Norte e do Leste da Europa, incluindo a Suécia, ainda carecem de regulamentação formal ou de reconhecimento da tanatopraxia como profissão. Realiza-se o embalsamamento puro, geralmente por profissionais da área médica e muito raramente por agentes funerários, e quase exclusivamente para fins de higiene.

O que é que ainda precisa de ser feito nesta área?

Existe uma forte necessidade de reconhecimento mútuo de qualificações, de padrões mínimos de formação e prática em toda a UE, e de quadros jurídicos mais claros para garantir a dignidade, a higiene e o profissionalismo da tanatopraxia. Vemos também a necessidade de mais educação pública para reduzir os tabus e os mal-entendidos sobre os cuidados *post-mortem*.